

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 89, DE 2021

Altera a lei 7.433, de 18 de dezembro de 1985.

Autor: Deputado PAULO RAMOS

Relator: Deputado MARCOS TAVARES

I - RELATÓRIO

Busca a presente proposição alterar a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que dispõe “sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências”.

Pelo seu texto, o tabelião consignará no ato notarial a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos*, as certidões fiscais, as certidões de propriedade e de ônus reais e, no caso de compra e venda de imóvel, a declaração do comprador e do vendedor quanto ao valor do negócio jurídico, bem como se o imóvel foi adquirido, no todo ou em parte, em espécie, ficando dispensada sua transcrição.

Comprador e vendedor seriam solidariamente responsáveis pela declaração e se a compra e venda de imóvel foi realizada em espécie, o tabelião deverá comunicar o fato à Unidade de Inteligência Financeira do Brasil no prazo de 24 horas

Trata-se de proposição sujeita à apreciação exclusiva pelas comissões, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.



É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

Encontra-se também de acordo com o sistema vigente, sendo de se reconhecer sua juridicidade.

A técnica legislativa está adequada aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No que tange ao mérito, também temos posição favorável à sua aprovação.

No Brasil, é muito comum pessoas adquirirem imóveis em espécie, em dinheiro vivo, conduta nos traz sérios indícios de que os valores foram adquiridos de maneira irregular.

. Apesar de registradores públicos serem obrigados a manter registros dos negócios jurídicos realizados em sua presença e a informar à autoridade financeira brasileira irregularidades, não há na legislação a obrigação de que seja declarado se o imóvel foi adquirido em espécie, no todo ou em parte.

O presente projeto de lei cria a exigência de que seja registrado, não só o valor do negócio, mas também a utilização de dinheiro vivo.

Acreditamos, pois, que a medida proposta no presente projeto de lei, além de não trazer qualquer ônus para registradores, nem para compradores e vendedores de imóveis, poderá contribuir de fato no combate à corrupção no país.



Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 89, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado MARCOS TAVARES
Relator

2023-19908

